



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

SECRETO

CONSELHO DE MINISTROS

Súmula das deliberações tomadas em 22 de Novembro de 1974

Presentes todos os Ministros, à excepção dos Ministros da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros.

O Ministro da Administração Interna participou nos trabalhos durante o período da noite.

No período da tarde, fez-se substituir pelo Subsecretário de Estado da Administração Interna, que esteve também presente no período da noite.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, fez-se substituir pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

O Ministro da Educação Nacional só participou dos trabalhos durante o período da tarde.

I - Antes da ordem do dia

1. O Ministro dos Assuntos Sociais informou o Conselho de que as instalações do Instituto das Obras Sociais da Quinta de Val-bom, perto do Porto foram cedidas ao Partido Comunista por uma comissão de funcionários do seu Ministério, sem sua autorização. Por isso, e pelo facto de a Luar desejar utilizar as instalações do mesmo Instituto para encontros de militantes, ordenando



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

opinião do Conselho sobre o problema da cedência de equipamentos públicos a partidos da coligação e a outros grupos.

. Intervieram:

- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro Vitor Alves
- O Subsecretário de Estado da Administração Interna
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro da Justiça
- O Primeiro Ministro
- O Ministro da Educação e Cultura

O Conselho deliberou:

Que o caso concreto da cedência do Instituto ao Partido Comunista será resolvido entre o Ministro dos Assuntos Sociais e o Ministro Álvaro Cunhal. Este trará, não obstante, a sua resposta ao Conselho, embora possa dá-la fora da sessão.

O Ministério da Administração Interna apresentará ao Conselho um projecto de regulamento sobre cedência de instalações públicas a agrupamentos políticos.

II - Ordem do dia

1. A sùmula da reunião anterior não foi distribuída a tempo de ser aprovada.

2. O Subsecretário da Administração Interna pediu que o ponto 2 da ordem do dia passasse para o fim da reunião, o que foi aceite pelo Conselho.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

3. O Ministro da Economia informou o Conselho sobre os incidentes da Direcção Geral do Turismo: assalto ao Palácio Foz para saneamento de funcionários e do próprio Subsecretário de Estado, que os assaltantes, membros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, chefiados por um indivíduo que não é trabalhador do ramo, conseguiram fazer sair.

Lamentou não ter sido possível qualquer intervenção da força pública.

Já foram apresentadas desculpas ao Subsecretário de Estado por membros do Sindicato, que não consideram o grupo representativo.

Já foi determinada a realização de um inquérito.

Já suspendeu um funcionário.

Fez um comunicado para tranquilizar os funcionários visados, que não querem continuar ao serviço.

Quanto ao membro do Governo, o Primeiro Ministro fará o que entender.

Sobre o assunto intervieram:

- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro da Justiça
- O Subsecretário de Estado da Administração Interna
- O Primeiro Ministro
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Sobrevista do Primeiro Ministro

SECRETO

Como o Ministro da Administração Interna não estava presente, ficou em aberto a discussão acerca da eficácia da PSP e da GNR, e do órgão de que depende, ou deve depender.

Assente a ideia de que em casos semelhantes, um membro do Governo tanto pode dirigir-se à polícia directamente como ao Ministério de quem o caso dependa.

4. Entrou-se seguidamente na apreciação do projecto de decreto-lei sobre requisição de pessoal.

Este diploma tem por objectivo satisfazer a necessidade premente de utilizar temporariamente na administração pública indivíduos que actualmente desempenham funções em empresas privadas.

Intervieram na discussão:

- O Ministro da Educação e Cultura
- O Ministro da Economia
- O Subsecretário de Estado da Administração Interna
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro Magalhães Mota
- O Primeiro Ministro
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro Melo Antunes

Depois de larga discussão do projecto, na generalidade e na especialidade, da qual resultaram algumas alterações, o Conselho



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

aprovou o referido decreto-lei, que prevê a requisição mediante acordo do interessado e ouvida a empresa, com garantia do lugar finda a requisição e salvaguarda dos direitos resultantes da antiguidade.

5. O Conselho aceitou que se passasse seguidamente ao ponto 7 da agenda - apreciação do projecto de lançamento de um empréstimo público.

Intervieram:

- O Ministro das Finanças
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Economia
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro Melo Antunes
- O Ministro Vitor Alves

Deliberou-se que será constituído um grupo de trabalho para aprofundar o estudo da proposta apresentada.

O Ministro das Finanças sugeriu a composição desse grupo, no qual poderiam entrar, em 1a. fase, o Ministério das Finanças e empresas de publicidade, e em 2a. fase, o MFA e os partidos.

6. Passou-se seguidamente à apreciação do projecto de constituição do Gabinete do Primeiro Ministro.

Intervieram:

- O Ministro das Finanças
- O Ministro Vitor Alves

Fundação Cuidar o Futuro



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Subsulto do Sumário Anual

SECRETO

- O Ministro Magalhães Mota
- O Primeiro Ministro
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- O Ministro da Justiça
- O Ministro da Economia
- O Ministro da Administração Interna
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Coordenação Interterritorial

Depois de largamente debatido, o projecto foi finalmente aprovado nos termos propostos, salvo a atribuição da 1.ª classe a todos os contínuos e a alteração da letra prevista para os tradutores, correspondentes e intérpretes.

7. Seguiu-se a apreciação de um projecto de resolução sobre deslocações ao estrangeiro.

Intervieram:

- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro das Finanças
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro da Administração Interna

O projecto foi aprovado com alteração do nº3, por forma a tornar mais claro que os acompanhantes são contemplados com o pagamento de ajudas de custo quando a sua deslocação se caracterize também como missão oficial.

Foi no entanto deliberado que se constituísse um grupo de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Subsidi do Primeiro Ministro

SECRETO

trabalho para estudar mais profundamente a questão das deslocações ao estrangeiro, constituído pelos Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna.

8. O Conselho deliberou adiar a discussão da proposta da Comissão do Horário Nacional de Trabalho para uma nova agenda.

9. Por não se encontrar ainda presente o Ministro da Administração Interna, o Conselho reservou para o período da noite a apreciação da 2a. parte da Lei Eleitoral.

10. O Conselho deliberou que a apreciação do projecto de decreto-lei sobre contratação colectiva passasse para nova agenda, por o Ministro da Justiça não estar preparado para a discutir.

O Ministro do Trabalho informou, porém, o Conselho, de que tem tido grandes problemas por este diploma ainda não ter sido aprovado.

11. Seguiu-se a apreciação do projecto do decreto-lei que institucionaliza a Comissão Nacional de Descolonização.

Intervieram:

- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro Melo Antunes
- O Primeiro Ministro
- O Ministro da Economia
- O Ministro da Justiça
- O Ministro da Educação Nacional



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro Vitor Alves

Depois de debatido, o decreto-lei foi aprovado, com alterações a introduzir pelo Ministro da Coordenação Interterritorial.

12. Passou-se à discussão do projecto de decreto-lei que institucionaliza o Gabinete Coordenador Para a Cooperação.

Intervieram:

- O Ministro da Economia
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro Melo Antunes
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro das Finanças
- O Ministro da Educação e Cultura
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Primeiro Ministro
- O Ministro dos Assuntos Sociais

Depois de largamente debatido, o projecto foi aprovado na generalidade e encarregado o Ministro da Coordenação Interterritorial de elaborar a redacção definitiva.

13. Entrou-se seguidamente na apreciação do projecto de decreto-lei que estabelece as bases do estatuto dos funcionários portugueses nos Estados de expressão portuguesa que venham a constituir-se no decurso do actual processo de descolonização.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

Intervieram:

- O Ministro das Finanças
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Administração Interna
- O Ministro Melo Antunes
- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- O Primeiro Ministro

Fundação Cuidar o Futuro

Depois de longo debate, em que se chegou a um ponto de discordância difícil de ultrapassar, neste momento, entre o Ministro da Coordenação Interterritorial e o Ministro das Finanças, deliberou-se que estes dois Ministros se reunissem no dia 25 ou no dia 26 com o Primeiro Ministro, numa tentativa de encontrar uma solução para o problema.

14. O Primeiro Ministro informou o Conselho de que o Ministro da Educação Nacional, antes de se retirar, lhe comunicara que mantinha inabalável a decisão de abandonar o Ministério.

15. Entrou-se no ponto relativo à Lei Eleitoral.

Intervieram:

- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro da Justiça



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro da Administração Interna
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Economia

O Conselho deliberou reenviar ao Conselho de Estado a 2a. parte da Lei Eleitoral, para serem novamente apreciados por aquele órgão do Estado alguns dos problemas que levanta, designadamente acerca da utilização dos meios de comunicação e da percentagem de votos necessária à representação na Assembleia.

Fundação Cuidar o Futuro

III - Depois da ordem do dia

1. O Ministro da Economia informou o Conselho da próxima ida a Moscovo do Secretário de Estado do Turismo e da introdução de algumas alterações ao projecto de convénio comercial com a URSS, que submeterá a Conselho se assim se entender.

Depois da intervenção em que o Ministro Álvaro Cunhal referiu alguns aspectos relacionados com este problema, designadamente o da sua urgência, marcou-se uma reunião dos intervenientes no processo, que terá lugar no dia 25 à tarde, com vista a dar seguimento ao assunto com a maior brevidade possível.

2. O Conselho aprovou um projecto de resolução apresentado pelo Ministro dos Assuntos Sociais, criando Comissões Regionais de Coordenação da Animação Socio-Cultural.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

3. Sob proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, o Conselho deliberou que fosse dada prioridade às Comissões de Saneamento no fornecimento de informações pela Comissão de Extinção da Pide-DGS.

4. O Conselho aprovou uma alteração ao decreto que extingue o Conselho Geral do Fundo de Fomento da Habitação.

5. O Ministro da Administração Interna informou o Conselho de pedidos de abertura da fronteira em vários pontos, que enumerou.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros informou o Conselho do processo que precede a decisão de pedidos dessa natureza.

Fundação Cuidar o Futuro

6. O Conselho autorizou o Ministro dos Assuntos Sociais a deslocar-se à Bélgica, para assistir a uma reunião internacional para a qual recebeu convite de uma colega daquele país.

7. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros pediu a orientação do Conselho para a votação que se realizará na Assembleia Geral da ONU no dia 25, sobre a legitimidade dos Governos do Camboja.

O Primeiro Ministro ouvirá o Presidente da República.

O Conselho foi pela abstenção.

8. Foram ainda aprovados os seguintes diplomas:

- O que autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monu-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

SECRETO

mentos Nacionais a celebrar contratos para a execução da empreitada do Edifício das Obras Públicas do Douro - remodelação das instalações da Direcção Hidráulica do Douro.

- O que autoriza a mesma Direcção Geral a celebrar contrato para a execução da empreitada da Pousada de S. Brás de Alportel.

- O que aprova para ratificação a convenção entre os Governos de Portugal e da Suíça, para evitar as duplas tributações em matéria de impostos sobre os rendimentos e sobre o capital, bem como o respectivo protocolo adicional.

O que altera a redacção da alínea c) do nº1 do artigo 169 do Decreto-Lei nº439/73, de 3 de Setembro, relativo ao recrutamento de oficiais para a GNR e GF.

- O que atribui ao Conselho de Estado o direito ao abono de senhas de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte.

9. Foi designado Administrador por Parte do Estado junto da Empresa Carbonífera do Douro o Dr. Henrique Rosa Vieira Lopes.

10. A próxima reunião do Conselho será no dia 26 de Novembro, em dois períodos, de manhã e à tarde.